

CONSELHO DE CLASSE: O PAPEL DA SUPERVISÃO ESCOLAR EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PB)

Moizés Franco Ferreira¹
PMCG/PB

moizesfranco@hotmail.com

Edna Câmara Monteiro²
UVA/UNAVIDA

edna_9909@hotmail.com

Idalina de Assis Santos³
PMCG/PB

pedagogaidalina@gmail.com

RESUMO

Este trabalho sistematiza um estudo acerca do papel do supervisor e a sua importância sob o conselho de classe, a pesquisa foi realizada numa escola da rede municipal de Campina Grande/PB. Nosso objetivo foi compreender o papel do supervisor escolar frente ao conselho de classe, assim pretendemos refletir sobre o conselho de classe como espaço de avaliações do trabalho individual e coletivo da equipe escolar, bem como identificar a função do supervisor escolar na organização do conselho de classe, e também identificar as dificuldades e perspectivas da participação do supervisor escolar no conselho de classe. Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico e empírico. Os dados foram analisados de forma qualitativa, as informações foram coletadas, através de um questionário, de forma a estabelecer relações entre as informações obtidas no questionário, e interpretadas, à luz das abordagens teóricas sistematizadas. Concluímos o conselho escolar é uma ferramenta indispensável, através do mesmo, possibilita aos professores avaliarem aspectos de aprendizagem dos alunos, assim sendo, a escola ainda não disponibiliza de um supervisor escolar para contribuir com esse processo, tão importante, portanto se faz necessário a presença de um profissional da supervisão com objetivo de contribuir ainda mais com o conselho de classe, bem como, com as demais problemáticas da escola.

Palavras-chave: Conselho de classe; supervisor escolar; avaliação.

¹ Pedagogo (UNINTER); Licenciado em Química (UEPB); Professor Polivalente do Colégio Santa Terezinha; Secretário Escolar da PMCG/PB.

² Mestre em Educação (UFPB); Pedagoga e Psicóloga pela UEPB; Especialista em Gestão Educacional e Educação de Jovens e Adultos pela UFPB e em Recursos Humanos pela UFPE. Professora do curso de Pedagogia da UVA/UNAVIDA; Coordenadora Pedagógica e Gestora Escolar da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande (PB).

³ Pedagoga, com Habilitação em supervisão escolar (UEPB), Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FIP) e em Gestão (UFPB). Atualmente atua como Coordenadora Pedagógica e professora da EJA na Rede Pública Municipal de Ensino de Campina Grande (PB) e na Secretaria de Educação do Município de Alcantil-PB.

INTRODUÇÃO

O conselho de classe é reconhecidamente um instrumento pedagógico com uma função muito importante no contexto educacional. Isso se dá por que a reflexão sobre o desenvolvimento do educando no coletivo escolar apresenta maiores possibilidades de gerar sucesso educacional e social. Tendo por certa essa constatação se faz necessário uma análise mais aprofundada sobre sua real finalidade e se o mesmo vem sendo aplicado de forma integral e concisa em escolas da rede municipal de Campina Grande (PB).

Nesse sentido, o Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização pedagógica das escolas municipais de Campina Grande, sendo formado pela equipe pedagógica e todos os professores da escola. Tem como principal objetivo refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries a cada bimestre letivo, de forma conjunta e participativa, contribuindo para uma gestão democrática.

Enquanto instância colegiada o conselho de classe se preocupa com processos avaliativos capazes de reconfigurar o conhecimento, de rever as relações pedagógicas alternativas e contribuir para alterar a própria organização do trabalho pedagógico presente no Projeto Político-Pedagógico da escola.

De acordo com as considerações supracitadas tomamos como pergunta chave para nossa pesquisa: Qual o papel do supervisor escolar frente ao Conselho de Classe e que contribuições o supervisor educacional pode oferecer no sentido de tornar o Conselho de Classe cada vez mais participativo, eficiente e pedagógico? Para tentar discutir tal questionamento tomamos como objetivo geral: analisar o papel do supervisor escolar frente ao Conselho de Classe e que contribuições o supervisor educacional pode oferecer no sentido de tornar o Conselho de Classe cada vez mais participativo, eficiente e pedagógico. Como objetivos específicos elencamos: discutir a função e as contribuições do conselho de classe para o processo avaliativo na escola; discutir o papel do supervisor escolar para realização do conselho de classe.

Assim, este trabalho apresenta-se como relevante, pois, por meio da concretização do mesmo espera-se que possamos provocar outras inquietações, novos estudos e (re) construção de conhecimentos sobre a utilização do conselho de classe no processo educativo de forma coerente, dinâmica e flexível, visando à promoção de um processo efetivo de avaliação através da participação de todos que fazem a comunidade escolar.

METODOLOGIA

Como procedimentos metodológicos, optamos por uma pesquisa do tipo qualitativa, com uma abordagem descritiva e exploratória na qual recorreremos a pesquisa bibliográfica e a a professores, supervisora e gestora da E M Adalgisa Amorim, situada no município de Campina Grande/PB. Nesse sentido Pfaff e Weller (2010), afirmam que a pesquisa qualitativa dá uma atenção especial ao mundo do sujeito e aos significados por ele atribuídos às suas experiências cotidianas, às interações sociais que possibilitam compreender e interpretar a realidade, aos conhecimentos tácitos e às práticas cotidianas que formam as condutas dos atores sociais. “A abordagem qualitativa, defende uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.” (PFAFF & WELLER, 2010 p. 30).

Ela é também descritiva, já que este tipo de pesquisa envolve a obtenção de dados descritivos sobre processos interativos pelo contato direto da pesquisadora com a situação estudada, buscando entender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos. Tem como características principais o fato de ter o ambiente natural como fonte direta para coleta de dados e a pesquisadora como instrumento de intervenção. Para Trivinos, (1987) o estudo descritivo é uma excelente forma de conhecer a realidade.

De acordo com Gil (2006), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral sobre determinado fato, envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Já os estudos descritivos têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

A realização da pesquisa deu-se em duas etapas. Inicialmente consultamos a direção da escola, com o objetivo de conseguirmos a autorização para a realização da pesquisa, processo que foi bem simples, pois o pesquisador atua na escola como secretário escolar e atualmente exerce o cargo de presidente do conselho Escolar.

As observações realizadas se deram de forma participante, durante a realização dos Conselhos de classe referentes ao primeiro e segundo bimestre de 2019, onde o pesquisador participou como membro do conselho escolar, tendo explicado a todos a realização do presente estudo.

Utilizamos um questionário composto aplicado a supervisora, as professores e a gestora da escola, buscando colher informações sobre o processo de realização do conselho de classe e

sua relevância para o processo avaliativo na escola. Foi garantido a liberdade e a espontaneidade dos entrevistados ao responder as questões.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da seleção de estudos relacionados ao tema Conselho de Classe. Após a leitura dos textos, estes foram analisados com o objetivo de apresentar uma discussão sobre o Conselho de Classe e os elementos que constituem este modelo de instância colegiada.

UM BREVE HISTÓRICO DO CONSELHO DE CLASSE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Historicamente, o Conselho de Classe surgiu na França, por volta de 1945, pela necessidade de um trabalho interdisciplinar com classes experimentais. Porém, só em 1958 esse conceito chegou ao Brasil, ainda que já em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, houvesse indícios de um ideário pedagógico brasileiro. Entretanto, sua expansão formal começou a partir da Lei 5.692/71, pautada pela influência tecnicista no sistema escolar, como decorrência da exacerbação do capitalismo na economia e do autoritarismo no sistema político vigente com caráter dissimulador, desenvolvendo inúmeras contradições nas práticas educativas.

Portanto, o Conselho de Classe trouxe em suas origens todas as contradições que fizeram parte do momento histórico de implantação da própria lei. Nela, veem-se complexas contradições quanto à dicotomia teoria x prática. Como afirma Dalben (1995, p.35)

O Conselho de Classe teria o papel de recompor a estrutura fragmentária da escola, baseada na divisão técnica do trabalho, articular de forma harmônica as diversas partes do todo e garantir a dimensão avaliativa do processo educacional como um todo.

Anteriormente à Lei 5.692/71, o Conselho de Classe não se apresentava como instância formalmente instituída na escola, mas o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio - PREMEN (1970) já o apresentava como tal. Somente a partir desta lei, foram traçadas as diretrizes de sua operacionalização.

Ao refletir sobre o Conselho de Classe diante de uma perspectiva crítica de educação, faz-se necessário abordá-lo como uma prática pedagógica dentro do processo de gestão democrática. É importante assinalar que não há como analisar essa instância separada dos processos de avaliação escolar, sabendo-se que tais processos são os seus objetos de estudo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.934/96, aprovada em 20/12/96, em seu Art. 3º, Inciso III descreve que o ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática. Assim, a gestão democrática na escola pública valoriza a participação de seus segmentos constitutivos, compreendendo que o funcionamento da escola, exige uma relação ao mesmo tempo objetiva, pela via da definição de ações, e subjetiva, por envolver as impressões dos professores no processo de tomada de decisões.

Assim como, no Art. 12º, a mesma lei aponta como incumbência dos estabelecimentos de ensino a elaboração e a execução de seus projetos pedagógicos, assegurando a participação dos docentes no planejamento escolar, que deve ser feito de maneira coletiva, articulado com as famílias e a comunidade (DALBEN, 2004, p.74).

Deste modo, pensar o Conselho de Classe significa pensar pela via da gestão democrática e, portanto, pela possibilidade de decidir coletivamente, concebê-lo como uma instância colegiada e de avaliação permanente do aluno e da prática pedagógica. Nesse sentido o Conselho de Classe deve ser visto como um instrumento de possibilidades transformadoras da escola, como espaço de geração de ideias e como um espaço educativo, capaz de superar as relações fragmentadas e autoritárias da escola.

A gestão democrática é um princípio consagrado pela constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Entretanto, exige uma ruptura histórica na prática escolar. Implica o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. Neste contexto, o Conselho de Classe é o espaço em que se promove uma avaliação diagnóstica da construção conjunta do processo ensino e aprendizagem, refletindo a ação e a realização da proposta pedagógica da escola. Não é apenas um espaço burocrático, mas um espaço de reflexão pedagógica em que o professor e o aluno se situem conscientemente no processo que juntos desenvolvem. Por possibilitar uma avaliação coletiva, é um espaço privilegiado de análise do trabalho do professor e de todo o processo educativo.

O papel do supervisor escolar e sua interlocução com o Conselho de Classe

Sobre o papel do supervisor escola, Medina (1997, p.31) comenta que “o trabalho do supervisor, centrado na ação do professor não pode ser confundido com assessoria ou consultoria, por ser um trabalho que requer envolvimento e comprometimento”. Para Medina (1995, p.153), “o supervisor tem como objeto de trabalho a produção do professor – o aprender do aluno – e preocupa-se de modo especial com a qualidade dessa produção.” Portanto, o objeto

de trabalho do supervisor é a aprendizagem do aluno através do professor. Considera-se o papel fundamental do supervisor: ser o grande harmonizador do ambiente da escola.

O supervisor deve procurar ter consciência clara dos conceitos e crenças que determinam sua maneira de agir, dos fins que pretende atingir e dos meios a utilizar. Por outro lado, faz-se necessário que ele conheça a natureza do homem com quem está lidando, conheça a natureza da sociedade em que esse homem está inserido, bem como o perfil da escola, seu Projeto Político-Pedagógico: só assim será possível orientar e ajudar, de acordo com as necessidades.

Deve buscar o desenvolvimento contínuo de cada pessoa que com ele trabalha, seja professor, aluno, funcionário seja membro da comunidade sob sua responsabilidade. Supervisão é, portanto, o processo pelo qual se orienta a escola como um todo, para a consecução de suas finalidades. Entende-se que fazer da supervisão uma ação problematizadora, através da comunicação dialógica com todos os envolvidos na comunidade escolar garantindo o espaço de participação, proporcionará a intervenção transformadora da prática social.

O supervisor apresenta-se então como um líder, pela sua identificação com os interesses coletivos, que mobiliza, que dinamiza encontros para a discussão e atualização teórica das práticas. E, entre os vários objetivos desta “mobilização” ao estudo, destacam-se, novamente, a consciência do propósito das ações e a ampliação político social dos princípios e dos conceitos que as orientam. Para Medina (1995 p 22):

O papel do supervisor passa, então, a ser redefinido com base em seu objeto de trabalho, e o resultado da relação que ocorre entre o professor que ensina e o aluno que aprende passa a construir o núcleo do trabalho do supervisor na escola.

O conceito moderno de supervisão visa sempre ao aperfeiçoamento da situação total ensino-aprendizagem através do conhecimento da situação; da avaliação dessa situação; das modificações das condições que afetam a aprendizagem. Isso vem a ser, em outras palavras, as três funções primordiais da supervisão: diagnosticar; avaliar; aperfeiçoar. A supervisão moderna tem como objetivo geral, dar condições para que os objetivos da educação sejam atingidos. Envolve o aperfeiçoamento do processo total ensino aprendizagem, pois, até certo ponto, há uma interdependência dos dois aspectos. Os objetivos gerais da educação nacional são o desenvolvimento integral do aluno e a sua integração no meio físico e social.

Então, o supervisor moderno deve ser uma pessoa capaz, preparada sob o ponto de vista educacional e psicológico, especialista no processo democrático do grupo. O seu papel é de um

líder, conseguindo a cooperação de seus colegas (administradores e professores) nas decisões importantes que dizem respeito a eles mesmos e ao processo de ensino aprendizagem.

No campo educacional, a Supervisão pode ser vista como “liderança educacional em ação” que visa à melhoria do processo ensino-aprendizagem, para o que leva em conta a estrutura teórica, material e humana do sistema em que está inserida. Objetivamente, assentam-se nas múltiplas funções de orientação, acompanhamento, avaliação e reorientação do processo educacional.

O trabalho em Supervisão visa, como produto final, à melhoria do processo ensino aprendizagem, atuando através do professor. Quanto melhor o trabalho do professor, melhores serão os resultados do processo. A supervisão deve coordenar as atividades pedagógicas da escola, aperfeiçoá-las de forma constante, evitando assim, uma defasagem entre a comunidade escolar e a realidade educacional.

Neste ponto, penso que já seja possível retornar à temática do conselho de classe. Não poderia fazê-lo sem antes dissertar sobre alguns aspectos do universo da Ação Supervisora. Aspectos estes que acredito tenham ficado claros e que evidenciam outros aspectos: as funções da escola, a capacidade profissional dos professores, as metas da educação, as novas exigências do mundo da cultura por ocasião de sua diversidade, o compromisso da educação formal em garantir que o educando da educação pública possa chegar em igualdade de condições ao mercado de trabalho.

Para Lorenzo (2009) a escola “tem funções iniludíveis na socialização da pessoa e na construção pessoal do conhecimento. Ela precisa de profissionais que realizem essa missão de despertar o desejo de saber e de formar para uma vida digna, desenvolvam atitudes positivas, criem climas positivos de relação e forja de valores”.

Aqui, tanto a experiência em sala de aula como em encontros de conselhos de classe participativos podem contribuir com a formação tanto desse profissional da educação - necessário - quanto de educandos forjados em valores humanos, democráticos e solidários. A experiência do diálogo aberto e franco, da busca de soluções coletivas para as dificuldades de aprendizagem, acaba por diminuir e dissipar a distância entre uma possível insensibilidade docente e uma hipotética intransigência indiferente da turma.

Mas, estando o universo escolar marcado por uma série de problematizações aparentemente mais urgentes, que argumentos seriam convincentes para defender a importância de se discutir um tema como o conselho de classe? Da mesma forma, como garantir que o Supervisor Educacional desperte a compreensão da importância do conselho de classe como instrumento de avaliação participativo, eficiente, pedagógico.

Primeiramente queremos defender de forma ardorosa essa discussão. A experiência em conselhos de classe ao longo de minha prática docente tem me demonstrado que o mesmo pode servir tanto às práticas autoritárias como aos exercícios de cidadania.

É importante que o supervisor, numa perspectiva democrática de atuação, considere que dentro do processo de avaliação escolar desenvolvido pela escola, o Conselho de Classe deve ser um instrumento eficaz de produção de pequenas transformações educativas possíveis, visando às grandes transformações sociais. Isto só acontecerá se as escolas se dispuserem a colaborar, na construção de uma sociedade participativa e democrática, justa e igualitária. Trabalhando este de forma a ser uma importante estratégia na busca de alternativas, para a superação de problemas Pedagógicos.

Mais que um espaço no calendário para decidir sobre aprovação, retenção ou até a expulsão de alunos, o conselho de classe deve ser um instrumento para avaliar o processo educativo e a própria escola. Além de envolver a comunidade escolar no processo, o supervisor escolar deve evitar que os alunos com mais dificuldades sejam estigmatizados nessas reuniões e que questões pessoais, como comportamento, influenciem na avaliação da aprendizagem. Nesse sentido a supervisão deve coordenar todo o processo relacionado ao conselho de classe, envolvendo os demais segmentos da escola de forma participativa, possibilitando decisões coletivas evitando assim, uma defasagem entre a comunidade escolar e a realidade educacional.

ANÁLISES DOS RESULTADOS

A prática de realização dos conselhos de classe na rede municipal de ensino de Campina Grande (PB), nas séries iniciais do ensino Fundamental teve início no ano de 2018, com a introdução de um sistema de acompanhamento realizado pelos técnicos da secretaria de educação, que passaram a acompanhar de perto a realização dos Conselhos em todas as escolas da rede municipal, orientando os supervisores e gestores na sua realização, que deveria incluir todos os professores e equipe escolar. Proporcionando uma discussão dos resultados obtidos por todas as turmas de cada escola, visando traçar estratégias para atacar as dificuldades levantadas nos conselhos e com isso tentar melhorar os resultados de aprovação da rede.

Na Escola Municipal Adalgisa Amorim, lócus da pesquisa, o conselho de classe é realizado ao final de cada bimestre, com a participação de todos os professores da escola e sob a coordenação da supervisora e da gestora da escola. Cada professor tem a oportunidade de apresentar os resultados de sua turma, dando ênfase aos alunos que ficaram abaixo da média.

As dificuldades são discutidas, bem como estratégias para vencê-las. O Conselho é deliberativo em relação aos resultados apresentados.

Em relação as concepções de Conselho de Classe, identificamos que a maioria dos professores entende que o Conselho de Classe é o momento mais apropriado para se avaliar o trabalho desenvolvido, buscando nas experiências dos outros a solução para as dificuldades apresentadas no decorrer do processo. Para estes o Conselho de Classe é uma reunião para avaliar o resultado do trabalho. É interessante observar que ao definir Conselho de Classe muitos apontaram o Conselho como um momento de avaliação do próprio trabalho a partir do desempenho do aluno.

Sobre o papel do Conselho de Classe no processo de avaliação do aluno e da escola prevaleceu a ideia de que o papel do Conselho de Classe é analisar o aluno e diante das dificuldades detectadas e propor encaminhamentos para sanar os problemas de aprendizagem. Nesta perspectiva, Lima (2001, p. 32), afirma que a avaliação deve nortear o aluno, informar ao professor o estágio de desenvolvimento em que ele se encontra, e orientar os próximos passos do processo. Dessa forma, ela não classifica, mas situa. E situa para auxiliar no processo de formação do aluno, decorrendo daí sua importância para a prática pedagógica, que deve sempre propiciar ao educando novas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem. Nesse sentido, o Conselho também propicia um olhar sobre a prática pedagógica dos professores, pois ao apontar as dificuldades, proporciona a chance de discutir coletivamente possibilidades e estratégias para vencê-las.

Quando indagamos as professoras sobre o papel do conselho de classe no processo de avaliação da escola as respostas foram bastante variadas: buscar melhorias no ensino, avaliar o trabalho pedagógico, verificar o trabalho do aluno e do professor, verificar o nível dos educadores e da escola, acompanhar o desenvolvimento do aluno, mudar a partir dos resultados. Embora as respostas sejam bastante variadas, percebe-se que a preocupação é com a avaliação tanto do professor quanto do aluno.

As afirmativas dos professores apontam que a importância do Conselho de Classe, está na possibilidade e capacidade de leitura coletiva da prática e, diante do reconhecimento compartilhado das necessidades pedagógicas, mobilizarem esse coletivo no sentido de alterar as relações nos diferentes espaços da escola. O Conselho de Classe é um espaço gerador de ideias, que proporciona discussões de questões didático-pedagógicas, possibilitando assim, ao professor uma reflexão da sua própria prática. Ao refletir sobre seu próprio trabalho, o professor terá oportunidade de construir novas teorias, novos esquemas e novos conceitos, adquirindo um novo olhar pedagógico que se refletirá no espaço de sala de aula. Nessa perspectiva, Dalben

(2004, p. 59) enfatiza que “um novo Conselho de Classe só é possível de ser efetivado quando os sujeitos que o integram apoderam-se, conscientemente, dele, colocando-o a serviço de seus propósitos, articulando-o com um Projeto Político Pedagógico comum”. Portanto, há necessidade de se rever as reais finalidades do Conselho de Classe, como instância integradora da organização social e do trabalho desenvolvido pela escola. Como espaço de ação participativa, fundamentada pelo diálogo com o outro – seja ele aluno, professor, comunidade escolar ou sociedade, na busca de ações educativas mais eficazes que garantam o processo de produção do conhecimento que é tarefa essencial da escola.

Neste contexto, o supervisor escolar, juntamente com a gestão são os coordenadores do processo que irá garantir aos professores um acompanhamento sistemático dos resultados de cada turma, bem como prover o auxílio, subsidiando e apoiando as mudanças necessárias ao bom andamento do trabalho do professor em sala de aula, numa espécie de cumplicidade mútua nas explicações sobre o que não deu resultado.

Os professores, também apontaram o conselho de classe como um momento que permite uma auto avaliação das condutas e práticas docentes assumidas na escola, onde é discutido o perfil da turma, sugerindo melhorias e ressaltando seus aspectos positivos, fornecendo as informações necessárias e ressaltando os aspectos em que cada aluno precisa melhorar referentes à aprendizagem, disciplina e estudo, sempre salientando os aspectos positivos de cada educando. E nesse momento, funcionários, gestores, professores e alunos discutiram o papel de cada um, no processo educativo e na superação dos entraves expostos, compreendendo que todos são responsáveis pela definição de novos rumos e na implantação de uma gestão participativa. Quando tem alguma pendência a respeito do processo avaliativo, ou de casos particulares de baixo desempenho de um aluno, este é apresentado e colocado em votação, sendo considerada a opinião da maioria, podendo-se rever os resultados, fazendo ajustes. Neste sentido, Esteban (1999, p.7) defende que “qualquer reflexão sobre a avaliação só tem sentido se estiver atravessada pela reflexão sobre a produção do fracasso/sucesso escolar no processo de inclusão/exclusão social”.

Quando indagamos a supervisora e a gestora da escola acerca das dificuldades enfrentadas na realização do Conselho de classe, estas apontaram a falta de tempo e a equipe pedagógica reduzida, o que dificulta o acompanhamento da prática pedagógica dos professores e dos encaminhamentos sugeridos pelo conselho. Neste sentido, para mudar a forma de avaliar pressupõe alterar a relação ensino aprendizagem, pressupõe reformular a prática pedagógica e partir das dificuldades apresentadas pelos alunos. Portanto, o Conselho de classe não deve se restringir simplesmente para julgar os fracassos e os sucessos dos alunos e sim, que ela deve

ser compreendida como um conjunto de práticas que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica que o professor utiliza junto aos alunos, pois o ato de avaliar é uma fonte de conhecimento e de novos objetivos a serem alcançados no sentido permanente no processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o conselho de classe é uma ferramenta indispensável no processo de ensino aprendizagem, através do mesmo, possibilita aos professores avaliarem aspectos de aprendizagem dos alunos. Portanto se faz necessário à presença de um profissional da supervisão com objetivo de contribuir ainda mais com o conselho de classe, bem como, com as demais problemáticas da escola. É por meio do Conselho de Classe que se tem a oportunidade de professores, supervisor e gestão se encontrar para uma troca de experiências pedagógicas, avaliando-as e reconstruindo-as. Todavia, para se reconstruir essa cultura, é necessária a participação efetiva de toda a escola, porque é por meio das opiniões, reflexões e ações que se poderá alterar a realidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB. Lei. 5.692/71.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Trabalho escolar e conselho de classe. 2ª. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e Conselho de Classe**. Campinas: Papyrus, 1995.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

ESTEBAN, M. T. A Avaliação no Cotidiano Escolar. In: ESTEBAN, M.T. (org.) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, pp.7-28, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

PFAFF, N; WELLER, W. **Metodologia da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIMA. Elvira Souza. **Avaliação, educação e formação humana**. In: **Avaliação de desempenho e progressão continuada**. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais –

PROCAD – Guia de Estudo n°. 6, p. 27-41, 2001.

MEDINA, Antônia da Silva. **Supervisão Escolar: da ação exercida à ação repensada**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.3. São Paulo, Libertad, 1994.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Superação da Lógica Classificatória e Excludente da Avaliação – Do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem**. **Cadernos Pedagógicos do Libertad**, v. 5. São Paulo, Libertad, 1998. 2ª edição.

RANGEL, Mary (Org.). **Supervisão Pedagógica: princípios e práticas**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. - **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987. 175p.